



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 35/2015

Período: 26/09/2015 – 02/10/2015

GEDES - UNESP

- 1- Jaques Wagner nomeia o segundo-tenente do Exército Jeferson da Silva Figueiredo para cargo na Junta Interamericana de Defesa e gera polêmica
- 2- General do Exército criticou cortes orçamentários na Defesa
- 3- Força Aérea Brasileira lançou revista em quadrinhos infantil para conscientizar crianças sobre riscos aéreos
- 4- Colunista comentou obra sobre a Guerrilha do Araguaia
- 5- Supremo Tribunal Federal retomou o processo sobre a morte de Rubens Paiva
- 6- Comandante do Exército concedeu entrevista a periódico
- 7- Ministro da Defesa deverá ser substituído em meio à reforma ministerial

1- Jaques Wagner nomeia o segundo-tenente do Exército Jeferson da Silva Figueiredo para cargo na Junta Interamericana de Defesa e gera polêmica

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o então ministro da Defesa, Jaques Wagner, designou o segundo-tenente do Exército Jeferson da Silva Figueiredo para o cargo de ajudante da Subsecretaria de Serviços Administrativos e de Conferência na Junta Interamericana de Defesa, na cidade de Washington, nos Estados Unidos. De acordo com os jornais, Figueiredo é marido da ex-ministra da Secretaria dos Direitos Humanos Ideli Salvatti, o que causou críticas da oposição do governo, que considerou a decisão um caso de “nepotismo”. Por outro lado, os periódicos trouxeram que o Ministério da Defesa defendeu a nomeação de Figueiredo, afirmando que o militar dispõe de todas as qualidades para o cargo, visto que possui experiência em funções administrativas no Ministério e ocupa um cargo militar. Além disso, a decisão possibilita que o segundo-tenente do Exército fique junto da família - visto que em junho de 2015 Salvatti foi indicada à função de assessora de Direitos e Equidade da Organização dos Estados Americanos (OEA), também em Washington - o que foi levado em consideração pelo Ministério. (*Folha de S. Paulo – Poder – 26/09/2015; O Estado de S. Paulo – Política – 26/09/15*)

2- General do Exército criticou cortes orçamentários na Defesa

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o general do Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas afirmou em audiência pública no Senado, no dia 25/09/15, que a indústria de Defesa do país pode retroceder devido aos cortes na área. De acordo com o periódico, o general, convidado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para participar da audiência, citou projetos estratégicos

que estão sendo adiados pela falta de dinheiro, como o projeto na área de defesa cibernética, cuja conclusão estava prevista para o ano de 2014, mas foi adiada para o ano de 2017, e o do sistema Astros, relativo ao desenvolvimento de lançadores de foguetes, prorrogado do ano de 2018 para o ano de 2023. Para Villas Bôas, “essas tecnologias se tornam obsoletas com muita rapidez” e por isso os projetos poderão estar ultrapassados já na data de entrega. Segundo *O Estado*, durante a audiência, o senador Ricardo Ferraço e o general criticaram o então ministro da Defesa, Jaques Wagner, pois, segundo eles, Wagner estaria mais preocupado com as questões políticas que com os problemas atuais da Defesa. Entretanto, segundo o ministro, os cortes foram negociados conjuntamente com as Forças Armadas e o governo federal, e os projetos estratégicos foram desacelerados, mas não paralisados. De acordo com o *Correio*, Ferraço afirmou que a situação econômica atual não deve ser apontada como a única causa dos cortes, pois desde o ano 2012 já existiam problemas na área de desenvolvimento de projetos de Defesa. O jornal afirmou que o senador planeja concluir até o mês de novembro de 2015 um diagnóstico sobre a crise financeira das Forças Armadas, com o qual seria possível indicar ao Ministério da Defesa os projetos que devem ser paralisados para que outros possam ser concluídos. (*Correio Braziliense – Política – 28/09/15; O Estado de S. Paulo – Política – 26/09/15*)

3- Força Aérea Brasileira lançou revista em quadrinhos infantil para conscientizar crianças sobre riscos aéreos

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) lançou, no dia 26/09/15, em parceria com o autor Mauricio de Sousa, uma revista em quadrinhos infantil da “Turma da Mônica” com o objetivo de conscientizar as crianças a não alimentar aves nas imediações dos aeroportos, visto que estes animais podem ser puxados para as turbinas do avião e causar acidentes. O jornal informou que o convite para formar a parceria foi feito ao autor no ano de 2013, período de publicação do primeiro volume da revista, que terá uma nova tiragem. Ambas as edições serão distribuídas em aeroportos, escolas e eventos da FAB. O coronel Alexandre Prado, chefe da Divisão Operacional do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), afirmou que “a educação e a conscientização sobre a importância da segurança de voo é eficaz quando iniciada ainda na infância”. Sousa concordou com a afirmação, reiterando a capacidade das crianças em influenciar nas ações e costumes de seus familiares. O lançamento, que ocorreu no hangar da FAB no Campo de Marte, na cidade de São Paulo, foi um evento exclusivo para crianças de baixa renda e contou com a presença de Sousa e da Turma da Mônica. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 26/09/15*)

4- Colunista comentou obra sobre a Guerrilha do Araguaia

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista e ex-professor da Universidade de São Paulo (USP), Bernardo Kucinski, fez uma análise sobre a obra de ficção “Palavras Cruzadas”, da autora Guiomar de Grammont. O enredo tem como principal cenário a Guerrilha do Araguaia (1967-1974) e, como afirmou Kucinski, contém diversas metáforas e reflexões críticas. Segundo o jornalista, dois temas considerados “tabus” são abordados pela história: o primeiro é o “justiçamento” dos guerrilheiros por companheiros sob a alegação de traição, o que é utilizado por

Grammont para “alavancar a crítica à guerrilha, cujos dirigentes são retratados como coercitivos e militaristas”. O segundo tema se refere ao sequestro de bebês feito por militares para a adoção. De acordo com Kucinski, apesar de não haver provas dessa atividade no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a Comissão da Verdade do estado de São Paulo mencionou a possibilidade do sequestro de bebês nascidos durante o movimento guerrilheiro. O jornalista afirmou que a obra comparou criticamente tanto guerrilheiros quanto repressores, explicando porque “por tantos anos as Forças Armadas se recusaram sequer a admitir que existiu uma guerrilha no Araguaia, atribuindo eles próprios ao seu cerco e aniquilamento o estatuto macabro do indizível”. (O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 26/09/15)

5- Supremo Tribunal Federal retomou o processo sobre a morte de Rubens Paiva

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o Supremo Tribunal Federal (STF) retomou o caso sobre a morte do ex-deputado Rubens Paiva durante o regime militar (1964-1985). O ministro Teori Zavaski autorizou o pedido feito pelo Ministério Público (MP) de antecipação de depoimentos para a produção de provas contra militares suspeitos de envolvimento na morte do ex-deputado, sob a acusação de homicídio e ocultação de cadáver. De acordo com o *Correio*, o MP fez o pedido para resguardar provas, temendo que alguns depoentes falecessem por possuírem idade avançada, como é o caso de Inês Etienne Romeu, falecida no mês de abril de 2015, que era a única sobrevivente da chamada “Casa da Morte”, localizada na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro. A oitiva antecipada das testemunhas foi solicitada após militares denunciados em 2014 pela procuradoria, como o general Antônio Nogueira Belham, entrarem com uma reclamação no STF distribuída a Zavaski, alegando não poder ser denunciados pelo MP por conta da Lei da Anistia (1979). Segundo o periódico, na ocasião, o magistrado suspendeu o processo na Justiça Federal do Rio de Janeiro. Uma das testemunhas a ser ouvida é Marilene Corona Franco, à época estudante de psicologia e exilada no Chile quando, em 1971, encarregada de entregar cartas a Paiva na prisão, foi presa antes de desembarcar do avião. Outra testemunha é o major da Polícia Militar Riscalda Corbage. (*Correio Braziliense* – Brasil – 27/09/15)

6- Comandante do Exército concedeu entrevista a periódico

Em entrevista ao periódico *Correio Braziliense*, o Comandante do Exército, general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, afirmou que Segundo Villas Bôas, se essa situação permanecer, as empresas envolvidas em projetos estratégicos, como o do blindado Guarani, não terão condições de mantê-los. O risco imediato é que com o ritmo dos cortes do orçamento, o ciclo de implantação já estará obsoleto antes de ser concluído. O Comandante atribui a dificuldade no corte orçamentário à crise econômica no país, pois o Exército tem consciência da realidade das pessoas, tendo a Força passado um tempo no conjunto de favelas da Maré, na cidade do Rio de Janeiro. Porém, considerou Villas Bôas que o Ministério da Defesa fez um bom trabalho no processo de negociação do orçamento, pois foi um trabalho intenso e consistente que conseguiu preservar programas, apesar dos problemas econômicos. O general declarou ainda que o Exército atravessou 30 anos de penúria orçamentária e, com isso, adaptou-se, mas que perdeu capacidade de pensar estrategicamente, em longo prazo. Essa série orçamentária declinante, de acordo com Villas Bôas, reverteu-se com o governo do ex-

presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o marco foi quando pediu ao então ministro da Defesa, Nelson Jobim, que colocasse a defesa na pauta de discussão nacional. Jobim, juntamente com o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, elaborou uma Estratégia Nacional de Defesa (END), pois “pela primeira vez, o poder político disse aos militares qual era a concepção de Forças Armadas, o que entendiam como necessário para o Brasil”. O Comandante ressaltou que os recursos das Forças Armadas devem ter previsibilidade e regularidade e outra mudança importante diz respeito aos projetos estratégicos. Ademais, com a END foi possível fazer uma reestruturação interna do Exército para gerenciar sete projetos estratégicos. Essa reestruturação, segundo Villas Bôas, iniciou-se quando, após a Organização das Nações Unidas (ONU) solicitar ao Brasil que dobrasse seu efetivo na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), no ano de 2010, por ocasião do terremoto naquele país, custou três semanas para o Exército conseguir reunir um batalhão para enviar àquele país. O general considerou tal fato inaceitável, pois a capacidade de mobilização deveria ser de 24 ou 48 horas. Com respeito à presença do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, Villas Bôas afirmou que um país que pretende atingir o patamar de liderança regional e de membro permanente do conselho, precisa “ter capacidade de fazer o que se chama de projeção de poder”, ou seja, é preciso ter presença política, econômica e diplomática, capacidade de influência, tendo o respaldo de uma capacidade de presença militar, o que pressupõe projeções de força. Para o Comandante, com as projeções que se tem no cenário atual, tudo o que foi concebido estará obsoleto antes de 2035. Declarou ainda que o Brasil, em pleno século 21, possui metade de seu território não ocupado, integrado ou articulado, com a população não tendo infraestrutura social e econômica para atender suas necessidades e a única capacidade para tal está nas Forças Armadas, exigindo sua presença espalhada pelo território. Assim, há dificuldades em adquirir qualidade, mas manter a quantidade. Com relação ao emprego das Forças Armadas em funções sociais, Villas Bôas declarou que existe um polo que defende que o Exército e as Forças Armadas devem destinar-se apenas à defesa do país e outro que defende que “o Exército virou uma empresa de prestação de serviços”. Porém, de acordo com o general, “o que se vê na tendência mundial é que as Forças Armadas têm de estar em condições de atender às demandas da população”. Sobre a questão dos salários no Exército, Villas Bôas considerou este um problema grave, pois a redução dos recursos para pagamento de pessoal nas Forças Armadas foi maior do que em outros setores, e isso aumenta a frustração interna, intensificando a evasão para os setores de mercado, como as áreas técnicas, de engenharia e saúde. Em relação ao problema do narcotráfico, Villas Bôas afirmou que o considera como a maior ameaça à segurança do país, pois o Brasil possui uma fronteira de quase 17 mil quilômetros e um país vizinho que é produtor de cocaína e maconha. O comandante declarou ainda que o Exército está muito preocupado pela iminência de que o Brasil se torne também produtor de cocaína, “porque isso altera nossa posição, juridicamente, no ambiente internacional”. Sobre o narcotráfico na Amazônia, o general afirmou que este ainda é pouco organizado, mas que as grandes organizações criminosas de São Paulo e Rio de Janeiro estão chegando à região, uma vez que na fronteira com os países vizinhos já se detectou a presença de cartéis internacionais, com caráter violento e grande capacidade de contaminação de instituições. Além disso, afirmou que

junto ao problema das drogas há o das armas, considerando-o uma questão que está se agravando, estando o crime organizado em poder de armas cada vez mais sofisticadas e potentes. Quando questionado a respeito da preocupação do Exército com a crise política no Brasil, o general declarou que há uma atenção da corporação, mas que a instituição cumprirá o que a Constituição estabelece, pois o Brasil possui instituições muito bem estruturadas e sólidas, que cumprem suas tarefas, dispensando a sociedade de ser tutelada. Sobre as manifestações que defendem a intervenção militar, afirmou que “estamos preocupados em definirmos para nós a manutenção da estabilidade, mantendo equidistância de todos os atores”. Segundo Villas Boas, o Exército é uma instituição de Estado e não pode se permitir a um descuido e provocar instabilidade. O segundo fator é a legalidade, ou o respaldo pelas normas em todos os níveis, e o terceiro, a legitimidade, que o Exército possui por atuar apenas na legalidade e dessa legitimidade vem da coesão do Exército que, com isso, cumpre bem seu papel. Ademais, o Comandante afirmou que não há nenhuma possibilidade de os militares virem a tomar o poder novamente no Brasil, pois o que os baliza é o que está na Constituição, e declarou que não há ameaça de ruptura institucional no país. Com relação à defesa cibernética, Villas Boas considera esta uma área extremamente preocupante e “é um processo que tem de estar em permanente evolução”. Por fim, o general considerou que corre-se o risco de uma nova Guerra Fria, porém numa confrontação de caráter econômico, cuja ferramenta é a questão ambiental, onde deixa-se tomar por um pensamento politicamente correto que impede que aflorem soluções concretas para os problemas do país. Assim, para o Comandante, é preciso ter o mínimo de pragmatismo para voltar a construir o país, pois além de não haver um sentido de projeto, deixou-se dominar pelo pensamento politicamente correto que dificulta, por exemplo, o combate à criminalidade no Brasil. Deste modo, considera que o erro do politicamente correto é, por um lado, a presunção de que o criminoso é, de alguma forma, sempre uma vítima da sociedade, e por outro, é que se perdeu muito a disciplina social, ou seja, o conceito de autoridade presumida que tem um professor quando entra na sala de aula, por exemplo. Segundo Villas Boas, “a presença do professor deveria estabelecer, automaticamente, regras de comportamento para que o funcionamento da sala de aula se viabilizasse” e a isso atribui o fato das pessoas pedirem a volta do Exército ao poder. (Correio Braziliense – Política – 27/09/2015)

7- Ministro da Defesa foi substituído em meio à reforma ministerial

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Jaques Wagner, foi substituído pelo anteriormente ministro de Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo. A substituição faz parte da reforma ministerial do governo da presidenta da República, Dilma Rousseff. Segundo o *Correio*, Wagner, que foi cogitado para ocupar a Casa Civil, negou ter recebido, até 30/09/15, qualquer convite oficial para troca de ministério, porém afirmou que estava “à disposição no que puder ajudar”. Segundo o periódico, Rebelo assumiu a pasta da Defesa em um momento delicado, tendo em vista a recente declaração do general Eduardo Villas-Boas, comandante do Exército, de que “a falta de recursos para ações definidas ainda durante o governo Lula colocam empreendimentos em risco de ‘retroceder 30, 40 anos em meio a um cenário de ajuste fiscal’”. Segundo *O Estado*, Rebelo “tem ótimo

relacionamento com os militares”’. (Correio Braziliense – Política – 01/10/2015; Folha de S. Paulo – Política – 01/10/2015; O Estado de S. Paulo – Política – 01/10/2015)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROEX); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)